

Guiné-Bissau

Em 2012, foram mínimos os progressos da Guiné-Bissau no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. De janeiro a abril de 2012, quando ocorreu um golpe militar, o Governo continuou a participar no projeto ECOWAS, que visa combater as piores formas de trabalho infantil. O Governo também colaborou com organizações multilaterais, como o Banco Mundial, para dar apoio a seus esforços de segurança alimentar e às suas iniciativas educacionais. No entanto, desde o golpe de Estado ficaram paralisados os esforços do Governo para lidar com o trabalho infantil.

Consequentemente, a Guiné-Bissau não definiu uma lista das ocupações perigosas que são proibidas para crianças, nem deu aos agentes da fiscalização a instrução e os recursos adequados para monitorar, investigar e levar à justiça os casos de trabalho infantil. As crianças continuam a ser usadas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive em atividades perigosas na agricultura e em mendicância forçada.

Este relatório mostra que as seguintes iniciativas contribuiriam para eliminar as piores formas de trabalho infantil na Guiné-Bissau:

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Leis e Regulamentos	Definir uma lista abrangente de atividades perigosas proibidas às crianças menores de 18 anos.	2009, 2011, 2012
	Ratificar o Protocolo Facultativo da ONU à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.	2011, 2012
	Adotar legislação que proíba o uso de crianças para atividades ilícitas.	2011, 2012
	Esclarecer a idade até à qual a educação é obrigatória.	2011, 2012
	Garantir que o acesso à educação não seja entravado pela falta de professores treinados e cobranças informais.	2011, 2012
Coordenação e Fiscalização	Esclarecer as funções da Comissão de Coordenação Interministerial e da Comissão Nacional para Prevenir e Combater o Tráfico e Dar Assistência às Suas Vítimas.	2011, 2012

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Coordenação e Fiscalização	<p>Reforçar a capacidade institucional dos ministérios do Interior, da Justiça, e do Serviço Público e do Trabalho para impor o cumprimento da legislação sobre o trabalho infantil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • instruindo policiais sobre a legislação a respeito do trabalho infantil; • destacando policiais com recursos suficientes para monitorar e investigar casos de trabalho infantil e tráfico de crianças e processar os suspeitos; • expandindo o número de tribunais em áreas com elevados índices de trabalho infantil e tráfico de crianças; • divulgando publicamente informações acerca das fiscalizações trabalhistas, inclusive o número de fiscais do trabalho, de fiscalizações, transgressões, providências para impor a lei e ações judiciais relativas às piores formas de trabalho infantil. 	<p>2009, 2010, 2011, 2012</p> <p>2011, 2012</p> <p>2010, 2011, 2012</p> <p>2009, 2010, 2011, 2012</p>
Políticas	Efetuar pesquisas para complementar o Inquérito por Amostragem aos Indicadores Múltiplos 2010 a fim de determinar a extensão e natureza das piores formas de trabalho infantil na agricultura e nas ruas.	2011, 2012
Programas Sociais	Elaborar novos programas e ampliar os já existentes para atingir mais crianças usadas nas piores formas de trabalho infantil, particularmente na agricultura, mendicância forçada e trabalhos vulneráveis na rua.	2009, 2010, 2011, 2012
	Ampliar programas de rede de proteção social voltados para as populações vulneráveis.	2011, 2012